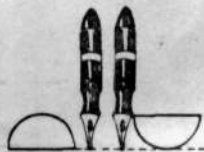


Anistia não é o alvo de Leônidas



O ministro do Exército mirou na anistia para acertar, na verdade, no artigo do substitutivo

ao projeto de constituição do deputado Bernardo Cabral que define o emprego legal das Forças Armadas. Na terça-feira à noite, Cabral e o senador Fernando Henrique Cardoso se reuniram com o general Leônidas Pires Gonçalves na casa dele e examinaram, detidamente, a redação dos artigos que tratavam da anistia. Foi uma reunião informal, levemente irrigada a uísque escocês.

A anistia proposta no substitutivo de Cabral foi exatamente a mesma exibida ao ministro do Exército e aceita por ele naquela noite, confessa o senador Fernando Henrique. O que provocou a reação do general, de resto compartilhada pelos demais ministros militares, foi a alteração sugerida pelo PDT, e assimilada por Cabral na manhã da quarta-feira, pro-

O puro que não é tão puro assim

O sistema parlamentarista de governo adotado pelo substitutivo do deputado Bernardo Cabral, aproveitando parte das emendas apresentadas pelo senador Afonso Arinos, vem sendo chamado de puro em oposição ao parlamentarismo híbrido proposto nas fases anteriores da Constituinte. Mas nem o próprio Arinos dá-lhe a adjetivação de puro. Nas justificativas de suas emendas, o senador teve sempre o cuidado de chamar o sistema de semiparlamentarista, mesmo porque num parlamentarismo puro o presidente (chefe de Estado) é eleito pelo parlamento, não pelo voto direto.

- O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, acha que a reação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, contra o parlamentarismo deixa o presidencialismo mais próximo e facilita o mandato de cinco anos para o presidente Sarney.
- Do senador Fernando Henrique Cardoso: "A Constituição que Cabral escreveu é mais liberal do que



movida na redação do artigo que aborda o papel das Forças Armadas.

O general Leônidas conheceu um artigo mas o que saiu impresso no substitutivo foi outro. Os ministros militares queriam - e continuarão querendo - que o artigo reservado ao emprego das Forças Armadas fizesse expressa menção à função delas de garantirem, também, a lei e a ordem, como está dito, por exemplo, na Constituição atual. A referência à manutenção da lei e da ordem desapareceu no substitutivo de Cabral. Poderá retornar depois que o substitutivo for examinado na Comissão de Sistematização.

O senador Fernando Henrique vai propor que se retome a redação do artigo oferecida ao crivo do general na noite da terça-feira e que previa a utilização das Forças Armadas na "defesa dos poderes legalmente constituídos, da lei e da ordem

Socialismo por decreto

— Novidades? — indagou um amigo ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), líder dos conservadores na Câmara.

— Tudo tranqüilo — respondeu o deputado.

— Tranqüilo, como? — reagiu, espantado, o amigo.

— Estamos, apenas, vivendo a pior crise política e militar da Nova República. Querem instituir o socialismo por decreto. Fora isso, nada demais — arrematou Roberto.

E foi embora assoviando.

Pinga-fogo

a que eu escreveria para o momento atual."

- O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), íntimo do deputado Ulysses Guimarães, aceita apostas em torno de duas coisas: aposta que o parlamentarista será aprovado e que Ulysses se converterá a ele.
- Pérola das disposições transitórias do substitutivo de Cabral: o

constitucional". Imagina o senador que não se deve correr o risco de uma crise política, que pode até derivar para uma crise institucional, simplesmente por causa da redação de um artigo. "Não será um artigo que evitará a ocorrência de um golpe", acha.

Concorda com o senador o deputado Ulysses Guimarães, que até ontem, ao meio-dia, ainda não encontrara tempo o bastante para estudar o substitutivo de Cabral. Ulysses pretende encontrar-se hoje com o presidente José Sarney para discutir os pontos do substitutivo que poderão gerar conflitos - primeiro, no âmbito da Comissão de Sistematização, mais tarde, durante as votações no plenário da Constituinte.

□ **Algumas revelações feitas anteontem pelo presidente Sarney ao deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara:**

● **Ele enxerga o risco de uma grave crise institucional se a Constituinte insistir "em não refletir a realidade do país".**

● **Se a Constituinte reduzir seu mandato para quatro anos, o Supremo Tribunal Federal lhe assegurará o mandato original de seis.**

● **No caso de uma eleição presidencial direta em 1988, Leonel Brizola poderá vencê-la sem maiores dificuldades.**

Além da espuma, o modelo mitigado

Dá-se como certo, nas cercanias do deputado Ulysses Guimarães, que há muito de espuma na reação indignada do presidente Sarney contra a introdução do parlamentarismo quase puro no substitutivo do deputado Bernardo Cabral. O presidente, na verdade, admitiria algum modelo mitigado de parlamentarismo e joga na mesa a carta de uma dura reação para chegar a ele, matando no caminho o parlamentarismo sugerido pelo senador Afonso Arinos. Sarney rejeita a separação das figuras de chefe de Estado e chefe de governo porque a primeira, no caso, seria esvaaziada.

artigo 14 assegura, até a aposentadoria ou morte, o emprego dos atuais 15 ministros do Superior Tribunal Militar, que o artigo 169 reduz para 11 no futuro.

● Do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE): "Nós, da esquerda, pensávamos que o Cabral nos enrolaria. O enrolado foi o general Leônidas".

Ricardo Noblat